

INTRODUÇÃO

Nos últimos dois anos, governos em todo o mundo enfrentaram uma indústria do tabaco (IT) cada vez mais agressiva, que explorou lacunas e brechas nas políticas para interferir no controle do tabaco. A IT dissuadiu, seduziu, frustrou ou simplesmente sobrecarregou os governos em seus esforços para proteger a saúde pública.

A IT aumentou sua interferência em vários países, e muitos governos não resistiram suficientemente à interferência da IT nem cumpriram seu mandato de fortalecer e promover o controle do tabaco. Os Estados-Parte da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) da Organização Mundial da Saúde (OMS) são obrigados a proteger suas políticas de saúde usando o Artigo 5.3 e suas diretrizes de implementação, que os capacitam a proteger as políticas de saúde pública de interesses comerciais e outros interesses particulares.

O Índice Global de Interferência da Indústria do Tabaco (o Índice) pesquisou 100 países e descobriu que muitos parlamentares, chefes de estado e ministros de vários países não cumpriram suas obrigações de proteger o direito humano à saúde nos termos do Artigo 5.3. A IT os persuadiu a desafiar e adiar medidas de controle do tabaco, apresentar projetos de lei pró-indústria ou promover a IT, em vez de apoiar medidas comprovadas que salvam vidas para reduzir todas as formas de uso do tabaco.

A IT visou, atraiu e pressionou especialmente os setores não relacionados à saúde, em parte devido à falta de conscientização desse setor sobre a importância de limitar as interações com a indústria apenas ao estritamente necessário para a regulamentação. A ausência de transparência nas interações com a indústria e a falha em rejeitar as contribuições da IT exacerbaram essa interferência e minaram os esforços para proteger a saúde pública, implementar a CQCT da OMS e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O Índice é uma análise da sociedade civil sobre como os governos estão implementando o Artigo 5.3 da CQCT da OMS. O Índice de 2025 mostra um agravamento da interferência, já que mais pontuações se deterioraram do que melhoraram. Quase metade dos países (46) apresentou uma deterioração em suas pontuações por não excluir a indústria do tabaco da mesa de discussão de políticas,

interagir com a indústria de forma não transparente, aceitar doações da indústria, colaborar com a indústria em atividades de responsabilidade social corporativa (RSC) e oferecer benefícios à indústria. No entanto, mais de um terço dos países (34) melhorou ao aplicar maior transparência, rejeitar colaborações com a indústria e adotar procedimentos para interação com a indústria.

“As conclusões do Índice deste ano são um forte lembrete de que a indústria do tabaco continua a interferir nas políticas de saúde em todo o mundo, explorando lacunas na governança e na transparência. Os governos devem agir de forma decisiva para proteger a saúde pública, implementando integralmente o Artigo 5.3 da CQCT da OMS, garantindo transparência em todas as interações e rejeitando qualquer forma de influência da indústria. Somente assim poderemos salvaguardar o progresso e impedir que as táticas da indústria prejudiquem as medidas de controle do tabaco baseadas em evidências.”

Vinayak Prasad,
Organização Mundial da Saúde

PRINCIPAIS ACHADOS

18 países fizeram progressos na adoção de novas medidas ou na implementação de orientações setoriais existentes sobre o Artigo 5.3. O Peru é o último país a incorporar o Artigo 5.3 em sua legislação nacional de controle do tabaco, elevando o total para nove países, enquanto os outros têm um código, orientação, diretiva ou circular para proteger as políticas de saúde da interferência da indústria.

Mais de 20 países proibiram doações da IT. Os países proibiram doações da IT para campanhas políticas ou aplicaram restrições. **Botsuana, Bulgária, Canadá, Etiópia, França, Israel, Líbano, Nigéria, Ucrânia, Uruguai e Venezuela** proibiram doações políticas.

32 países proibiram atividades de responsabilidade social corporativa (RSC) relacionadas à IT, e cinco não aceitaram suas contribuições. A indústria direcionou sua caridade a agências não relacionadas à saúde, agarrou-se às prioridades do governo e apelou a ministros e parlamentares dispostos a apoiá-la.

46 países resistiram à narrativa da indústria do tabaco sobre redução de danos e proibiram cigarros eletrônicos e produtos de tabaco aquecido, efetivamente desnormalizando a IT. Processos judiciais foram movidos no **Panamá** e no **México** para revogar a proibição. Esforços para proibir sabores em produtos de tabaco e nicotina foram prejudicados na **Bélgica, Finlândia e Israel**.

Parlamentares em 14 países apoiaram e promoveram a IT. Os parlamentares apresentaram vários projetos de lei favoráveis à indústria, aceitaram sugestões da indústria que resultaram no adiamento da aprovação de leis ou que tentaram derrubar leis de controle do tabaco, ou promoveram legislação para beneficiar a indústria do tabaco.

Pelo menos 10 governos adiaram ou não aumentaram os impostos. **Argentina, Bangladesh, Bulgária, Geórgia, Israel, Líbano, Polônia, Suécia, Tunísia e Ucrânia** cederam à pressão da indústria contra o aumento dos impostos. No entanto, três governos utilizaram com sucesso o aumento dos impostos como medida de controle do tabaco, resistindo à pressão da indústria que se opunha a isso.

Pelo menos 20 governos colaboraram com a IT. Os governos colaboraram por meio de memorandos de entendimento (MOUs), sessões de treinamento e atividades de fiscalização para combater o contrabando. 17 desses governos não são signatários do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco.

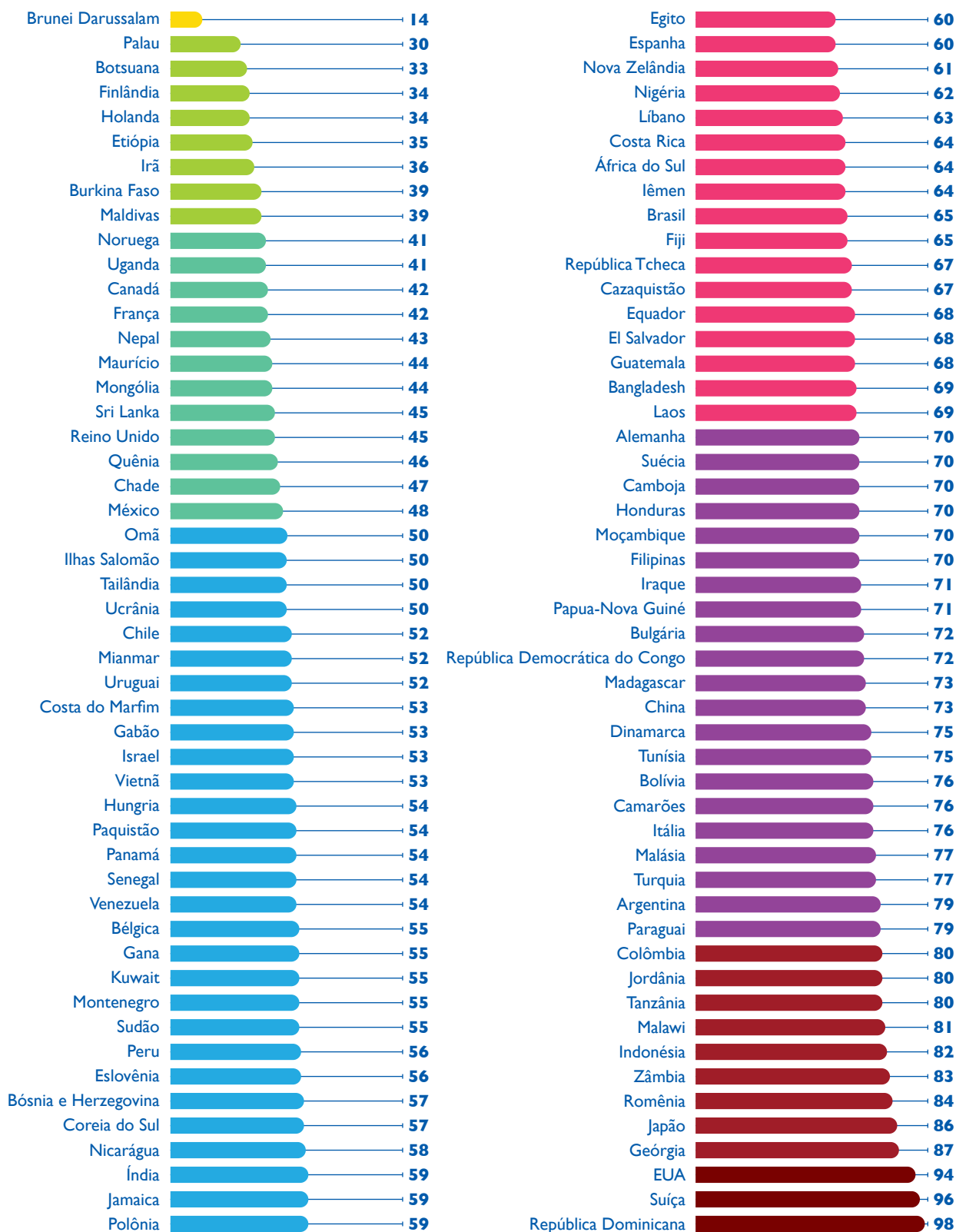
Membros do parlamento, ministros e governadores aceitaram visitas de estudo patrocinadas às instalações das empresas de tabaco. As instalações da Philip Morris International (PMI) na Suíça foram as mais visitadas por autoridades públicas de alto escalão.

Seis governos permitiram que suas missões diplomáticas endossassem a IT. A Embaixada japonesa em pelo menos sete países (**Bolívia, Camboja, Egito, Indonésia, Líbano, Nicarágua e Tanzânia**) foi pressionada pela Japan Tobacco International (JTI) para promover seus negócios.

A maioria dos países não possui um registro de lobistas da IT. A maioria também não possui um registro de entidades ligadas à indústria, nem regras de divulgação para reuniões com a IT. **14 países** têm um registro de lobistas.

O Artigo 5.3 foi pouco divulgado entre os departamentos governamentais. Embora alguns governos afirmem aumentar a conscientização, há poucas informações disponíveis publicamente sobre os esforços dos países para aumentar a conscientização sobre o Artigo 5.3 dentro dos departamentos governamentais.

FIGURA 1: CLASSIFICAÇÃO GERAL DOS PAÍSES QUANTO À INTERFERÊNCIA DA INDÚSTRIA DO TABACO



RECOMENDAÇÕES

Quando os governos agem em conjunto para limitar as interações com a indústria apenas ao estritamente necessário e são transparentes sobre suas interações, eles são capazes de coibir interferências e proteger a saúde pública. As experiências de países que implementaram com sucesso medidas de boa governança servem como melhores práticas para outros.

1. Todo o governo deve agir de forma coesa para

coibir a interferência da IT. O governo deve agir de forma coesa e conjunta para impedir a interferência da IT e implementar o Artigo 5.3, conforme demonstrado nas ações exemplares tomadas por 18 países.

2. Adotar legislação, orientação, diretiva ou código sobre o Artigo 5.3 para aplicar a todos os funcionários públicos.

Isso deve incluir parlamentares, chefes de estado e ministros.

3. Exigir maior transparência para aumentar a

responsabilização. A transparência ao lidar com a IT reduzirá os casos de interferência e ajudará a responsabilizar os funcionários do governo e a indústria. Todas as interações com a IT devem ser registradas e disponibilizadas publicamente. Exigir que a IT divulgue informações como seus gastos com atividades de marketing e lobby.

4. Proibir contribuições da IT, inclusive para

campanhas políticas. Quando os governos aceitam contribuições da IT, eles se tornam vulneráveis, como ilustrado por países que comprometeram o controle do tabaco ou reverteram medidas legislativas.

5. Exigir que a indústria do tabaco pague uma taxa por

danos ambientais. Rejeitar todas as campanhas de limpeza e atividades de reflorestamento lideradas pela indústria. Excluir a IT dos esquemas padrão de Responsabilidade Estendida do Produtor.

6. Parar de dar incentivos à indústria do tabaco.

A IT não deve receber tratamento preferencial, incentivos, isenções ou qualquer forma de benefício para operar seus negócios, o que entra em conflito direto com a política de controle do tabaco.

7. Rejeitar qualquer colaboração e parceria com a IT.

Os governos muitas vezes ficam em desvantagem quando colaboram, fazem parcerias ou concordam em cooperar com a indústria do tabaco por meio de acordos não vinculativos. Não deve haver colaboração entre governos e a IT.

8. Desnormalizar a indústria do tabaco.

A IT é única e diferente de qualquer outra indústria; seu negócio principal é incompatível com os direitos humanos e prejudica vários ODS. Proibir todas as atividades de RSC relacionadas ao tabaco. Rejeitar todas as visitas de estudo às instalações da indústria.